



Segunda instância: líderes darão prioridade a PEC da Câmara

Maioria dos líderes do Congresso avalia que PEC corre menos risco de questionamento no STF, mas Podemos, Novo e PSL defendem projeto em tramitação no Senado

Marcos Brandão/Senado Federal



Davi Alcolumbre anuncia à imprensa o acordo, ao lado do ministro da Justiça, Sergio Moro, e do senador Eduardo Gomes (C), líder do governo no Congresso

Em reunião ontem com Davi Alcolumbre e Rodrigo Maia, com a presença do ministro Sergio Moro, a maioria dos partidos do Congresso Nacional acertou votar a proposta de emenda constitucional que tramita na Câmara dos Deputados, em detrimento de projeto de lei em análise no Senado, que seria retirado de pauta. A presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Simone Tebet, no entanto, avisou que, enquanto o acordo não for cumprido pelos deputados, com a apresentação das datas da tramitação da PEC, o projeto de Lasier Martins continuará sendo discutido. **3**

Em debate, General Santos Cruz faz acusações a Olavo de Carvalho

O general Carlos Alberto dos Santos Cruz, ex-ministro-chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República, em depoimento ontem à CPI Mista das Fake News, acusou o filósofo e professor Olavo de Carvalho

de ter comportamento de vigarista. Ele repudiou comentários do escritor sobre a atuação de oficiais do Exército no governo Bolsonaro.

A CPI deve ouvir hoje dois professores sobre notícias falsas em período eleitoral. **5**

Genaldino Menezes/Agência Senado



General Santos Cruz durante explanação na CPI Mista das Fake News

Sessão de hoje do Congresso cancela reuniões de comissões

Para limpar a pauta do Congresso e permitir a votação da Lei Orçamentária Anual, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, convocou sessão do Congresso e cancelou reuniões das comissões. **2**

Para militares, reforma da carreira é injusta e elitista

Em debate ontem em audiência da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, representantes de sargentos, cabos e soldados disseram que a mudança só atende aos de alta patente. **8**

Isenção de ICMS para igrejas até 2032 segue para o Plenário **4**

Debatedores pedem mais gente em órgãos ambientais **7**

Sessão no Plenário dá posse a 27 jovens senadores

Tomaram posse ontem os 27 estudantes que venceram o concurso de redação do Projeto Jovem Senador. A cerimônia foi presidida pelo senador mais jovem da

história do Brasil, Irajá, que tem 36 anos.

Após a posse, os jovens senadores elegeram a Mesa Diretora. A presidente será Laila Cristina de Paiva Soares

(RN); a vice-presidente, Thailita Pacher (SC); a primeira-secretária, Maria Adellaide Maciel Campos (PB); e o segundo-secretário, Pedro Henrique de Araujo (AL). **2**



A jovem senadora do Amazonas, Giovanna Moura Sotelo, toma posse no Plenário observada por colegas

Marcos Oliveira/Agência Senado

IR em lucros e dividendos divide opiniões em audiência **4**

Quilombolas e índios querem mais verba do Fundeb **4**

Operadoras querem reajustes de planos de saúde liberados

Em audiência, representantes dos empresários alegaram aumento de custos e redução no número de usuários. Instituto de defesa do consumidor criticou proposta de reduzir atendimentos. **6**



Waldemir Barreto/Agência Senado - 20/11/2019

Sessão do Congresso na semana passada havia sido adiada para ontem para que os vetos fossem analisados

Comissões são canceladas para Congresso votar vetos

Decisão foi tomada em função da falta de quorum que inviabilizou a sessão conjunta de ontem e pela necessidade de limpar a pauta do Congresso para que seja votada a Lei Orçamentária Anual

O PRESIDENTE DO Senado e do Congresso, Davi Alcolumbre, decidiu na noite de ontem determinar o cancelamento de todas as reuniões de comissões na Câmara e no Senado, enquanto durar a sessão conjunta do Congresso com início previsto para as 10h de hoje.

A decisão considerou a ausência de quorum na sessão do Congresso na tarde de ontem e a necessidade de desobstruir a pauta para análise da Lei Orçamentária Anual (LOA) no prazo constitucional, antes do recesso parlamentar, que tem início em 23 de dezembro.

Na pauta devem constar os 11 vetos presidenciais que deveriam ser analisados ontem. Cinco deles trancam a pauta. Davi também convocou sessão extraordinária do Senado, com várias votações nominais, para as 17h. Com isso, caiu a sessão plenária das 14h.

O primeiro vice-presidente do Congresso, deputado Marcos Pereira (PRB-SP), que comandava a sessão do Congresso ontem, lamentou a falta de quorum. Apenas 240 deputados e 32 senadores marcaram presença — eram necessários 257 e 41.

Havia acordo para que dois destaques de um dos vetos fossem derrubados, e os demais itens da pauta, mantidos. Os destaques tratam do veto parcial à reforma partidária e eleitoral (Lei 13.877, de 2019). A norma teve 45 dispositivos barrados pelo presidente Bolsonaro.

A Rede defende a manutenção do dispositivo que proíbe o uso de dinheiro do Fundo Eleitoral para pagar multas aplicadas aos partidos pela Justiça Eleitoral. O Novo destacou trecho que trata de propaganda eleitoral.

Espaço ganha nome de João Cláudio Netto Estrella

O espaço da Agência Senado ao lado do Plenário passou a se chamar Jornalista João Cláudio Netto Estrella. Na solenidade de reinauguração ontem familiares, amigos, senadores e servidores da Casa lembraram as qualidades do jornalista, falecido no dia 29 de junho deste ano. O espaço em formato circular era chamado de Aquário e abriga repórteres-fotográficos da Agência Senado e jornalistas de diversos veículos.

O respeito e a admiração por Estrella foram destacados pelo presidente do Senado, senador Davi Alcolumbre. De acordo com ele, os parlamentares da Casa sempre fizeram referência à “forma cordial, desprendida e elegante” com que Estrella exercia a profissão.

Diretora da Secretaria de

Comunicação Social, Érica Ceolin lembrou que o Aquário foi criado no fim dos anos 90 para facilitar a comunicação entre a imprensa e os parlamentares num espaço no Salão Azul próximo ao Plenário e considerado nobre. Segundo ela, com a homenagem, o adjetivo nobre acaba de ter o significado renovado, já que Estrella era uma alma nobre.



Eduardo, Érica, familiares de João Estrella, Zileide e Randolfe ouvem Davi

Representando a TV Globo Brasília, veículo no qual o jornalista atuou por 13 anos, a repórter Zileide Silva contou que o desejo de trazer ao Senado a ideia de homenagear o amigo surgiu ainda no velório dele, quando os companheiros de profissão comentavam como seria difícil voltar ao Aquário, local que era quase uma extensão da casa de Estrella.

Nova lei amplia punição para torcidas organizadas

Foi publicada no *Diário Oficial da União* de ontem a Lei 13.912, que estabelece que a torcida organizada que promover tumulto, praticar ou incitar a violência ou invadir local restrito aos competidores, árbitros, fiscais, dirigentes,

organizadores ou jornalistas seja impedida de comparecer a eventos esportivos pelo prazo de até cinco anos.

A nova norma altera a redação do Estatuto de Defesa do Torcedor para ampliar o prazo de impedimento, que, antes,

poderia ser de até três anos.

A lei institui novas hipóteses de responsabilidade civil objetiva de torcidas organizadas para determinar que a punição seja imposta à torcida nos casos de invasão de treinamento e confronto.

Jovens senadores tomam posse no Plenário e elegem presidente

Os 27 estudantes vencedores do concurso de redação do Projeto Jovem Senado tomaram posse no Plenário do Senado ontem. Eleito o senador mais jovem da história do Brasil, Irajá (PSD-TO), de 36 anos, fez questão de presidir a posse. Ele ressaltou que o grande legado do programa, além do contato com o processo legislativo e a rotina da Casa, é promover a educação.

— Muitas pessoas criticam, falam que é caro investir na educação, mas experimente a ignorância, que é certamente muito mais cara do que um investimento na educação. Eu tenho convicção de que daqui surgirão grandes talentos; talentos que poderão despertar na vida empresarial, na vida privada, no setor público, e também, por que não, grandes políticos que poderão defender e representar o nosso país.

Após a posse, os jovens senadores elegeram a Mesa

Diretora, da qual as meninas ocuparam o maior número de cadeiras. A presidente será Laila Cristina de Paiva Soares, do Rio Grande do Norte; a vice-presidente, Thalita Pacher, de Santa Catarina; a primeira-secretária, Maria Adellaide Maciel Campos, da Paraíba, e o segundo-secretário, Pedro Henrique de Araujo, de Alagoas.

Voz

Laila disse que o grande diferencial do programa é dar oportunidade de expressão aos estudantes.

— Minha principal bandeira é fazer com que a voz do jovem seja ouvida, porque muitas vezes falamos, mas não somos levados a sério.

Pedro Henrique, além de ter sido o único homem eleito para a Mesa, também foi condecorado por ter ficado em primeiro lugar no concurso.

— Meu principal objetivo é mostrar que nós podemos, sim, mudar este país.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Os 27 jovens senadores cursam o ensino médio de escolas públicas

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/atividadeLegislativa>



- CAE/CRA Terras para estrangeiros**
9h Análise do PL 2.963/2019, que libera compra de terras por estrangeiros.
- CDR Cidades inteligentes**
9h Audiência para debater elaboração da Carta Brasileira para Cidades Inteligentes.
- CE Fake news e Fundeb**
9h30 Audiência para debater importância da educação no combate a fake news. Às 14h30, debate sobre o Dia Nacional de Mobilização pelo Novo Fundeb.
- CRE Embaixador no Haiti**
9h30 Sabatina de embaixador indicado para o Haiti. Depois, pauta de 3 itens.
- CCJ Criação de fundos públicos**
10h Entre 31 itens, a PEC 187/2019, que institui reserva de lei complementar para criar fundos públicos.
- CCT Ambiente virtual de votações**
10h Audiência para debater a implantação de ambiente virtual de deliberação no âmbito das comissões do Senado. Depois, pauta de 35 itens.

- CRA Produção nacional de leite**
10h Debate sobre a produção de leite.
- CONGRESSO Vetos e verba para órgãos**
10h Análise de vetos e projetos de suplementação de verbas para órgãos públicos.
- SESSÃO ESPECIAL Advocacia do Senado**
10h 25 anos da Advocacia do Senado
- CAS Diabetes**
11h Audiência pública sobre diabetes.
- CDH Financiamento habitacional**
11h O PL 2.902/2019, que prioriza a mulher em financiamentos, é um dos 65 itens.
- CPMI DAS FAKE NEWS Depoimentos**
13h Representantes da PUC-RJ e da FGV.
- CMA Medidas contra enchentes**
14h30 Entre 10 itens, o PLC 16/2016, que institui medidas de prevenção contra enchentes e deslizamentos.
- CMMC Acordo de Paris**
14h30 Audiência sobre o Acordo de Paris.
- PLENÁRIO Sessão deliberativa**
17h O PLS 247/2015 — Complementar, sobre dados de gastos públicos, abre a pauta.

Em função da sessão conjunta do Congresso, as reuniões das comissões podem ser canceladas.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/integraPlenario>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/integraComissoes>

Segunda instância: Congresso decide votar PEC

A maioria dos líderes partidários decidiu dar prioridade à proposta que tramita na Câmara, mas Podemos, Novo e PSL discordam e defendem projeto que está no Senado

EM REUNIÃO ENTRE líderes do Senado e da Câmara e o ministro da Justiça, Sergio Moro, foi acertado que o Congresso dará prioridade à PEC sobre prisão em segunda instância que está na Câmara dos Deputados (PEC 199/2019). Também ficou definido que o Senado abrirá mão de votar o PLS 166/2018. O entendimento da maioria dos parlamentares presentes, ao lado dos presidentes Davi Alcolumbre, do Senado, e Rodrigo Maia, da Câmara, é de que a PEC é mais ampla e corre menos risco de ser questionada no Supremo Tribunal Federal.

Uma comissão de senadores acompanhará a discussão na Câmara. Com o acordo, os líderes da Câmara se comprometeram a indicar até a próxima semana os membros da comissão especial que analisará a PEC e a definir um calendário para votação da proposta, requisito solicitado pelos senadores.

Davi Alcolumbre disse que a decisão tomada não é uma tentativa de atrasar a discussão da antecipação da execução penal no país, mas sim de aprovar uma proposta que não gere questionamentos.

— A gente precisa compreender que o melhor caminho não é que pode ser feito de forma mais célere, mas que possa [não] suscitar questionamentos lá na frente.

Segundo Davi, 12 dos 16 líderes do Senado apoiaram o acordo enquanto 2 foram contrários e outros 2 dis-



Simone Tebet fala na reunião observada por Davi e Moro (Mesa), Marcos Rogério, Eduardo Gomes e Carlos Viana

seram que suas bancadas estão divididas. Ele ressaltou que o Senado não deixará de discutir o assunto e fará uma audiência pública com o ministro Sergio Moro, que estava agendada para ontem, mas que foi adiada em razão da reunião na residência oficial.

— Não pense a sociedade brasileira que a resposta para esses anseios virá de uma Casa ou de outra. A resposta para os desejos da sociedade e do Congresso precisa vir da Câmara e do Senado — afirmou Davi.

Moro disse que participou da reunião como observador, mas defendeu a aprovação de forma urgente.

— Minha avaliação pessoal é de que ambos [o projeto de lei e a PEC] resolvem a questão.

A presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Simone Tebet (MDB-MS), reforçou que o Senado aguarda que a Câmara apresente o calendário para votação da

proposta antes de desistir de votar o projeto na Casa.

— Sem um calendário específico com dia para começar e dia para finalizar a aprovação da PEC pela Câmara dos deputados, o Senado não pode fechar questão. Não podemos dar um cheque em branco. Se o acordo não é cumprido, me dá direito de pautar o projeto do Senado, que não será arquivado.

Alguns partidos, no entanto, disseram ter havido um “acordo” para esfriar o debate e travar a discussão do tema. Parlamentares chegaram a abandonar a reunião antes do fim. Podemos, Novo e PSL criticaram a decisão e defenderam a tramitação das duas propostas ao mesmo tempo. Autor do projeto pronto para votação na CCJ do Senado, Lasier Martins (Podemos-RS)

ressaltou que a PEC levará muito mais tempo para ser aprovada do que o projeto de lei, que tem tramitação e votação mais simples. Ele chamou o acordo de “manobra maquiavélica”.

Autor de outra PEC(5/2019) sobre o tema que foi retirada da pauta da CCJ na semana passada para dar lugar ao PLS 166/2018, o senador Oriovisto Guimarães (Podemos-PR) condenou a decisão de suspender a discussão no Senado sobre prisão em segunda instância.

— Se população brasileira não se mobilizar, nunca mais haverá prisão em segunda instância no Brasil. Será o paraíso da impunidade.

Para Major Olímpio (PSL-SP), a proposta que está no Senado e a PEC da Câmara são complementares e a decisão de suspender a votação no Senado vai soar como uma tentativa de atrasar a discussão do tema.

Comissão do Senado mantém discussão de projeto de lei

Simone Tebet (MDB-MS) anunciou a remarcação para quarta-feira da audiência da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) com o ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, para discutir o PLS 166/2018 que estabelece a prisão após decisão judicial em segunda instância. A audiência, marcada para ontem, foi

cancelada, já que Moro participaria, no mesmo momento, de reunião com os líderes do Senado.

Simone informou o adiamento pelo Twitter: “Abrir mão do direito de legislar sobre a segunda instância, sem conhecer o calendário da PEC da Câmara, seria violar a autonomia e a independência do Senado.

A tramitação do projeto do Senado sobre a segunda instância continua”.

A relatora do projeto, Juíza Selma (Podemos-MT), apresentou relatório favorável à proposta na quarta-feira passada nos termos de um substitutivo. O texto, que altera o Código de Processo Penal, foi elaborado após articulação com Moro.

Sancionada lei que reduz o limite da faixa não edificável ao longo das rodovias

Foi publicada no *Diário Oficial da União* de ontem a Lei 13.913 que reduz as faixas não edificáveis às margens das rodovias. O texto autoriza os municípios a diminuir a faixa ao longo de rodovias de

15 metros para até 5 metros. A norma originária de projeto substitutivo da Câmara (PL 693/2019) muda a lei de parcelamento do solo urbano (Lei 6.766, de 1979).

A distância mínima das faixas

não edificáveis nas ferrovias continuará sendo de 15 metros. A proposta do senador Jorginho Mello (PL-SC) previa a alteração também para ferrovias, mas os deputados consideraram o risco de um descarrilamento,

por exemplo, causar acidentes de grandes proporções. A exclusão das ferrovias fez o projeto voltar ao Senado, onde foi aprovado em novembro com a alteração. A distância mínima de 15 metros também se aplica

ao longo das águas correntes (rios e córregos) e dormentes (lagos, lagoas e açudes).

Para as edificações já existentes, o requisito de faixa não edificável dependerá de ato do poder público municipal.

Fundamentalismo contribui para violência contra a mulher, aponta debate

O elevado número de casos de violência contra a mulher no Brasil está ligado à ação de grupos fundamentalistas religiosos, na avaliação da secretária-geral do Conselho Nacional das Igrejas Cristãs, Romi Bencke. Pastora luterana, ela falou ontem em audiência na Comissão de Direitos Humanos (CDH).

— A gente tem percebido no Brasil uma campanha que é protagonizada por grupos fundamentalistas e impacta diretamente na vida das mulheres. Essa relação existe porque todo discurso fundamentalista é um discurso patriarcal, que

desrespeita a vida das mulheres, a vida da população negra, a vida das pessoas LGBT.

Integrante da Campanha Nacional de Enfrentamento aos Ciclos de Violência contra a Mulher, Daiane Zito Rosa destacou a importância da educação para a redução do problema:

— Nós precisamos pensar a vida dos homens que cometem opressões e violências e também precisamos construir políticas públicas que não nos tornem também opressores — afirmou.

A representante da Conferência dos Religiosos do Brasil,

Maria Luiza da Silva, relatou o trabalho desenvolvido pela entidade religiosa Um Grito pela Vida, que tem como bandeira a erradicação do tráfico de pessoas. Segundo ela, as mulheres, sobretudo as negras,

são as principais vítimas desse tipo de crime.

O secretário nacional da Pastoral da Juventude, Davi Rodrigues da Silva, destacou o papel desempenhado pelos jovens católicos em várias lu-

tas sociais ocorridas no país a partir da década de 1960. Desde 2017, segundo ele, a Pastoral da Juventude vem atuando no enfrentamento da violência contra mulheres.

A audiência foi presidida pelo senador Paulo Paim (PT-RS), presidente da CDH. No início da reunião, ele exibiu um cartaz da campanha 16 Dias de Ativismo contra a Violência de Gênero, iniciativa da ONU que ocorre anualmente entre 25 de novembro (Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres) e 10 de dezembro (Dia Internacional dos Direitos Humanos).



Ao lado de Maria Luiza, Daiane e Paim, Romi Bencke fala em debate

Convidados e senadores divergem sobre IR em lucros e dividendos

Projeto de Otto Alencar que retoma a cobrança de Imposto de Renda sobre esses rendimentos foi discutido ontem em audiência

UM PROJETO DE lei que elimina a atual isenção do Imposto de Renda sobre lucros e dividendos recebidos de pessoa jurídica foi discutido ontem na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). De Otto Alencar (PSD-BA), o PL 2.015/2019 define em 15% a alíquota incidente, na fonte, sobre os resultados financeiros repassados por pessoas jurídicas, tributados com base no lucro real, presumido ou arbitrado, a empresas ou pessoas físicas, residentes no Brasil ou no exterior. A intenção é retomar a cobrança interrompida em 1996, que vigorou desde a criação do imposto, em 1926.

O presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal, Mauro Silva, disse que o país não suporta mais aumento na carga tributária. Ele sugeriu, no entanto, que se equilibre a maior tributação sobre renda, lucros e ganho de capital com a redução dos impostos sobre bens e serviços. Para Silva, o projeto avança nesse sentido.

— Eu parto dessas premissas, de manter essa equação, e o projeto é coerente com essa diretriz. Há um potencial aumento da tributação sobre a renda que pode ser combinado com a diminuição simultânea e gradativa da tributação sobre o consumo. Essa medida pode ser alcançada, em paralelo ao PL 2.015/2019, por meio de lei ordinária, ou até mesmo no próprio PL, e não necessita de PEC [proposta de emenda à Constituição] — explicou.

Em 2017, a Receita Federal registrou R\$ 280,54 bilhões em lucros e dividendos distribuídos. Considerando uma sonegação média de 27%, o potencial arrecadatório do projeto, segundo Mauro Silva, seria de R\$ 54,3 bilhões.

Advogado da Confederação Nacional



Everardo Maciel, Plínio Valério, Idésio da Silva Coelho Júnior e Rodrigo Vieira de Ávila

do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, Bruno Murat do Pillar defendeu cautela. Segundo ele, a isenção, concedida em 1996, veio acompanhada de mudanças no Imposto de Renda que resultaram em aumento da arrecadação. Para ele, a proposta conflita com a liberdade de investimentos e não é garantia de benefícios.

— Não há evidências e não se sabe se o retorno dessa tributação vai realmente resultar no ganho esperado.

Progressão

Economista da Auditoria Cidadã da Dívida, Rodrigo Vieira de Ávila afirmou que a Constituição prevê que, sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados conforme a capacidade econômica do contribuinte. Ao observar que o projeto diz respeito a pessoas com alta capacidade contributiva, ele ponderou que se pode sugerir uma alíquota progressiva que poupe os pequenos contribuintes e tribute mais fortemente os mais ricos.

O secretário da Receita Federal entre 1995 e 2002, Everardo Maciel, observou que só quem paga o imposto é a pessoa física, seja por meio da compra de produtos e serviços, da titularidade de

patrimônio ou dos salários ou investimentos. Para Maciel, a melhor forma de tributação é aquela exclusiva sobre o lucro da empresa. Segundo ele, além de mais simples para a administração tributária e para o contribuinte, essa prática é menos vulnerável à sonegação e ao planejamento tributário abusivo.

Representante da Federação Brasileira de Bancos, Décio Ramos Porchat de Assis observou que o projeto é uma oportunidade para melhorias no sistema tributário. Ele alertou, no entanto, para o risco de medidas que prejudiquem a competitividade e o funcionamento eficiente da economia.

Vanderlan Cardoso (PP-GO) elogiou a proposta de Otto Alencar, observando que o Brasil é um dos poucos países que cobram impostos sobre máquinas ou serviços que vão acarretar em outros tributos. Para o senador, o projeto corrige distorções. Já para Luiz do Carmo (MDB-GO), se o projeto for aprovado, muitas empresas correm risco de falir. Otto Alencar esclareceu que, enquanto lucros de grandes bancos não são taxados, o governo quer cobrar o INSS sobre o seguro-desemprego. Para ele, é preciso medidas mais justas que levem o país a crescer.

Isenção de ICMS para templos e entidades de assistência social pode ir até 2032

Templos religiosos e entidades beneficentes de assistência social poderão continuar isentos de ICMS até 31 de dezembro de 2032, segundo a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Por unanimidade, os senadores do colegiado aprovaram ontem o projeto que prorroga por mais 15 anos, contados a partir de 2017, a possibilidade de os estados darem isenções, incentivos e benefícios fiscais ou financeiro-fiscais a essas instituições (PLP 55/2019).

A comissão seguiu o voto do relator, Irajá (PSD-TO), que explicou que a proposta muda a Lei Complementar 160, de 2017. Ela estabelece prazos de 1 a 15 anos para isenções, sendo o mais curto — de um ano — a regra geral, na qual templos e entidades assistenciais foram enquadrados. O prazo máximo é concedido a atividades agropecuárias e industriais e a investimentos em infraestrutura rodoviária, aquaviária, ferroviária, portuária, aeroportuária e de transporte urbano.

“Não há justificativa para que os incentivos voltados para templos e instituições assistenciais tenham sido enquadrados na regra geral, com prazo mais curto”, disse Irajá em seu voto. Ele citou que a Constituição prevê que ações do governo na área da assistência social serão organizadas de forma descentralizada, cabendo às entidades beneficentes e de assistência social papel essencial na execução das atividades.

Agora a proposta deve ser votada no Plenário do Senado, para onde foi enviada com urgência. Como já passou pela Câmara dos Deputados, se for aprovada no Senado sem alteração seguirá para análise presidencial.

Representantes de quilombolas e indígenas pedem Fundeb com mais recursos

Um maior investimento por aluno nas escolas indígenas e quilombolas foi defendido ontem em audiência na Comissão de Educação (CE). O debate tratou do impacto do novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) na educação em territórios com alta vulnerabilidade.

A professora Maria José Souza Silva, representante dos quilombolas de Mirandiba (PE), afirma que existe um *apartheid* entre as escolas segundo a cor da pele dos alunos.

Aos 16 anos, Clarice Alves Rezende,

representante das meninas indígenas da tribo pataxó-hã-hã-hãe, da Bahia, também disse sentir-se excluída.

— Quando eu me formar no ensino médio no ano que vem e receber o meu diploma, aquele pedaço de papel vai representar todos os dias em que o ônibus da escola quebrou, todas as vezes que ficamos meses sem professores, sem sala para estudar, sem merenda.

Para Gerssem Baniwa, do Foro Nacional de Educação Escolar Indígena, o Fundeb garantiu a abertura de mais escolas para os índios, mas a distribuição dos recursos seria influenciada por

um “racismo geográfico”, que privilegiaria outras escolas em detrimento das indígenas.

O Fundeb perde a validade em 2020 e responde por mais de 60% dos investimentos em educação básica pública no país. Tramitam no Congresso algumas PECs para perenizar o fundo, entre elas a PEC 65/2019, relatada por Flávio Arns (Rede-PR), vice-presidente da CE, que requereu a audiência

A representante da Comissão Nacional de Comunidades Quilombolas, Gilvânia Nascimento, denunciou o desmonte desse tipo específico de educação. Já a representante brasileira do Fundo Malala, Denise Carreira, disse que é preciso fortalecer o controle social da aplicação dos recursos.

Mais dinheiro

Para a representante da Articulação Nacional de Mulheres Negras Brasileiras, Benilda Brito, “garantir o Fundeb é uma possibilidade de romper com o racismo”. Já o coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Daniel Cara, destacou a necessidade de o Fundeb também criar matrículas

e de haver participação maior da União no repasse de recursos.

O presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Heleno Araújo, também apoia um maior aporte da União dos atuais 10% para 40% do total das receitas dos fundos estaduais e municipais.

Novo fundo deve ser discutido também hoje

A Comissão de Educação pode promover hoje outra audiência, dessa vez sobre o Dia Nacional de Mobilização pelo Novo Fundeb. Foram convidados a governadora do Rio Grande do Norte, Fátima Bezerra; os presidentes da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, da Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação e da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas; e a coordenadora-executiva do Fórum Nacional Popular de Educação, Adércia Bezerra Hostin.



Flávio Arns e Clarice Alves Rezende ouvem a líder quilombola Maria José Souza Silva (C)

Olavo de Carvalho é vigarista, diz Santos Cruz

Ex-ministro da Secretaria de Governo da Presidência afirma que escritor usa influência para atacar opositores e que grupos extremistas atuam como seitas nas redes sociais

O GENERAL CARLOS Alberto dos Santos Cruz, ex-ministro-chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República, chamou ontem Olavo de Carvalho de “vigarista profissional”. Em depoimento à CPI Mista das Fake News, o militar repudiou comentários do escritor em redes sociais sobre a atuação de oficiais do Exército no governo de Jair Bolsonaro.

— Acho que ele não tem padrão nem para se expressar. Pode ser que tenha até algumas ideias boas para o público dele, em termos políticos. Mas o comportamento é um comportamento de vigarista. É um vigarista profissional que conseguiu influência em cima de algumas personalidades — afirmou.

Santos Cruz esteve no governo até 13 de junho. Durante a audiência, o deputado Alexandre Frota (PSDB-SP) lembrou que, dias antes de deixar o governo, o militar sofreu mais de 3 mil ataques nas redes sociais. Segundo o deputado, os comentários foram orientados por Olavo de Carvalho.

— O general foi tratado como traidor da pátria, vagabundo, covarde. Foi colocado como defensor de negociatas escusas e acusado de não possuir preparo intelectual para o cargo de ministro. Olavo de Carvalho planejou o ataque — afirmou Frota.

Olavo de Carvalho mora nos Estados Unidos desde 2005. Em março deste ano, integrou a comitiva de Jair Bolsonaro em um jantar oferecido pela embaixada do Brasil em Washington. Questionado por senadores e deputados, o ex-ministro evitou críticas diretas ao presidente da República ou aos filhos dele — o senador Flávio Bolsonaro (sem



A relatora e o presidente do colegiado, deputada Lídice da Mata e senador Angelo Coronel, ouvem Santos Cruz

partido-RJ), o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) e o vereador Carlos Bolsonaro (PSC-RJ).

— Eu tenho meu conceito sobre cada um deles. Tenho meu conceito sobre o próprio presidente. Mas acho completamente deslegante e, falta de educação, o ataque pessoal. Então, não vou fazer isso.

A defesa de Olavo de Carvalho coube ao deputado Pr. Marco Feliciano (Podemos-SP):

— Às pessoas que falam em tom pejorativo sobre o professor Olavo de Carvalho, que estudem um pouquinho suas obras. Vocês vão ver que ele é de fato uma pessoa extremamente preparada, habilidosa e não pode sofrer aqui depreciação.

Ataques

Santos Cruz lembrou que as disputas eleitorais no Brasil sempre foram marcadas por acusações de parte a parte. Mas, segundo ele, o advento das redes sociais criou condições para que grupos pequenos perpetuem um ambiente extremamente complicado e nocivo.

— Infelizmente, vejo radicalismo dos dois lados. Dos dois lados, grupos radicais não conseguem ter um comportamento democrático. Os extremos são negativos em qualquer ambiente.

Para o ex-ministro, a atuação de grupos extremistas nas redes sociais se assemelha a gangues de rua, e as condutas ilegais devem ser reprimidas pela Justiça.

— É a tentativa de humilhação, de intimidação. A liberdade de expressão não significa que você pode xingar indiscriminadamente, humilhar, intimidar, destruir reputações. A liberdade de expressão com toda essa tecnologia disponível não eliminou o Código Penal.

Segundo o general, esses grupos adotam comportamento de seita, não questionam as orientações do líder e manipulam o debate de temas públicos para manter um estado de conflito permanente.

— Quando o líder fala, aquilo é uma coisa divina e todo mundo vai atrás e defende. Se você falar alguma coisa contra, você é expulso do grupo e é

inimigo. Por quê? Porque o raciocínio é binário. Quando a coisa é binária, é muito fácil organizar grupos extremistas de qualquer natureza.

“Gabinete do ódio”

Parlamentares da oposição questionaram o ex-ministro sobre o chamado “gabinete do ódio”. De acordo com senadores e deputados, três servidores lotados no Palácio do Planalto teriam sido contratados para criar e divulgar conteúdos falsos na internet e estimular a radicalização política nas redes sociais.

A CPI das Fake News aprovou um requerimento para ouvir os servidores Tercio Arnaud Tomaz, José Matheus Salles Gomes e Mateus Matos Diniz, assessores da Presidência da República. Ainda não há data marcada.

Santos Cruz confirmou que os três servidores trabalham no gabinete de Jair Bolsonaro. Mas disse não saber se eles integram ou se de fato existe a suposta central de boatos.

— Seria leviandade falar uma coisa sem nenhum amparo comprobatório.

CPI deve ouvir pesquisadores sobre fake news

A CPI Mista das Fake News deve ouvir dois professores cujos estudos tratam da disseminação de notícias falsas em período eleitoral.

Miguel de Andrade Freitas é pesquisador do Centro de Pesquisa em Tecnologia de Inspeção da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). Segundo o autor do pedido de audiência, deputado Rui Falcão (PT-SP), o professor é autor de um relatório encaminhado à Procuradoria-Geral da República em que aponta meios técnicos para chegar aos autores dos disparos em massa de fake news via WhatsApp em campanhas eleitorais recentes.

O outro convidado, o professor e sociólogo Marco Aurélio Ruediger, é diretor de Análise de Políticas Públicas da Fundação Getúlio Vargas (FGV). De acordo com a deputada Luizianne Lins (PT-CE), Ruediger tem apresentado, no Brasil e no exterior, estudos sobre o uso de contas automatizadas em momentos-chave da política brasileira.

A CPI Mista das Fake News é presidida por Angelo Coronel (PSD-BA). A deputada Lídice da Mata (PSB-BA) é a relatora. A CPI foi criada para investigar os ataques cibernéticos para influenciar os resultados das eleições de 2018.

Comissão discute combate a notícia falsa pela educação

A importância da educação no combate às fake news será assunto de debate na Comissão de Educação e Cultura (CE). O pedido de audiência é de Eduardo Gomes (MDB-TO).

Segundo o senador, é necessário debater os impactos negativos que o fenômeno das fake news traz para as relações sociais. Entre eles, Eduardo cita “a redução da confiança no tecido social, criação de riscos à honra e à segurança das pessoas e até mesmo riscos institucionais, como desvirtuamento do processo político e do jogo democrático”.

O objetivo, explica, é debater como a educação midiática pode ser usada para instruir as pessoas a respeito das notícias falsas.

Foram convidados o codiretor da Aliança Global em Mídia e Educação da Unesco Alexandre Le Voci Sayad; o gerente do Laboratório de Educação da Fundação Roberto Marinho, João Alegria; a presidente do Instituto Palavra Aberta, Patricia Blanco; a coordenadora de campanhas Laura Moraes; o ativista Diego Casaes, da comunidade Avaaz; e a organizadora Carla Arena, da Amplifica Práticas Pedagógicas.

Exame para posse de arma pode ser analisado

Está na pauta da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) proposta que exige exame toxicológico com resultado negativo para a obtenção de autorização de posse ou porte de armas de fogo.

O teste proposto pelo senador Styvenson Valentim (Podemos-RN) no PL 3.113/2019, que altera o Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826, de 2003), usa amostras de cabelo, pelo ou unha para analisar o uso de substâncias proibidas como cocaína, crack e anfetaminas. De acordo com a proposta, a avaliação deverá ser realizada em instituição credenciada pelo poder público e deverá ser revalidada com periodicidade não inferior a três anos.

O projeto estabelece ainda que a Polícia Federal e as Forças Armadas poderão submeter os proprietários de armas de fogo a exame toxicológico de forma aleatória, a qualquer momento e de surpresa, durante a vigência da autorização para flagrar eventuais usuários de drogas.

O relator, senador Otto Alencar (PSD-BA), apresentou parecer favorável ao projeto. Ele ressaltou que o uso de drogas pode alterar as faculdades mentais, fazendo com que a pessoa cometa crimes.

“Muitas pessoas que não conseguem praticar crimes de ‘cara limpa’ ingerem bebidas

alcoólicas ou usam drogas para criar coragem (embriaguez preordenada). Não é recomendável, portanto, que um usuário de drogas tenha acesso a armas de fogo”, justifica o relator em seu parecer pela aprovação.

Polícias científicas

Outra proposta na pauta da CCJ, a PEC 76/2019 inclui as polícias científicas no rol dos órgãos de segurança pública. A iniciativa, que partiu do senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) e recebeu voto favorável do relator, senador Major Olímpio (PSL-SP), uniformiza a nomenclatura adotada para os órgãos de perícia criminal.

Operadoras defendem revisão dos planos de saúde

Em audiência, representantes dos empresários alegaram aumento de custos e redução no número de usuários. Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor criticou proposta de reduzir atendimentos

A REVISÃO DO marco legal dos planos de saúde foi tema de debate realizado ontem pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC).

A audiência, realizada a pedido do presidente do colegiado, senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL), reuniu organismos de defesa do consumidor, especialistas e representantes de segmentos empresariais, como o presidente da Federação Nacional de Saúde Suplementar, João Alceu Amoroso Lima.

Ele mostrou dados apontando a queda no número de consumidores dos planos de saúde e a elevação do custo total das operadoras. Para Amoroso Lima, o fenômeno é global e decorre do envelhecimento da população e da adoção de tecnologias cada vez mais caras nos tratamentos de saúde.

Para reduzir as mensalidades dos planos, ele pediu a revisão das limitações de reajustes dos planos individuais — situação que, segundo Amoroso Lima, praticamente tirou do mercado essa modalidade de contrato — e sugeriu produtos voltados para a atenção primária, além de escalonamento gradual dos



Entre Fernando Martins e Marié Miranda, Rodrigo Cunha dirige debate

preços para beneficiários de mais de 59 anos.

— Por que não escalonar mais essa faixa também, em períodos nos 20 anos seguintes? Aí muitos saem dos planos porque não têm renda para pagar opinou.

A diretora do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, Marilena Lazzarini, lembrou das situações “esdrúxulas” e abusivas envolvendo planos de saúde antes da vigência do Código de Defesa do Consumidor (CDC).

Idosos

Segundo Marilena, graças ao avanço nas leis, os planos passaram a ser obrigados a aceitar clientes idosos e foram obrigados a cobrir todas as doenças listadas pela Organização Mundial de Saúde. Ela apontou uma lacuna na

regulamentação dos reajustes dos planos coletivos, nos quais, em sua opinião, não há paridade entre as partes no contrato.

— Os planos falsos-coletivos têm reajustes absurdos. É uma coisa que fica completamente sem controle — afirmou, ressaltando que não se deve mudar a lei de modo a beneficiar as operadoras dos planos.

A diretora-executiva de clientes da administradora de planos de saúde Qualicorp, Juliana Pereira, criticou o modelo de cobertura de saúde praticado no país.

De acordo com pesquisa apresentada por Juliana, a maior demanda do consumidor dos planos é a transparência. Porém, ela afastou o caminho da judicialização para a busca de melhorias.

Conselheiro tutelar poderá ter acesso a eventos

Membros de conselhos tutelares no exercício de suas funções de fiscalização e proteção da infância e juventude poderão ter livre acesso a eventos públicos e privados. É o que determina o projeto de lei que será analisado, em caráter terminativo, na Comissão de Direitos Humanos.

Segundo o PL 1.271/2019, fica permitido aos integrantes de conselho tutelar o livre acesso, para fiscalização, aos locais em que ocorram even-

tos, shows ou espetáculos dançantes, além de casas noturnas, boates, bares, cinemas, teatros e estádios de futebol. Para isso, o representante precisa exibir sua credencial no local de entrada, comprovar estar no exercício de sua função e permanecer no espaço apenas o tempo estritamente necessário para a devida fiscalização.

O texto original, de Izalci Lucas (PSDB-DF), permite o acesso dos profissionais a

esses locais independentemente de estarem a trabalho ou de folga, mas a Comissão de Educação, Cultura e Esporte aprovou substitutivo oferecido pelo relator, Styvenson Valentim (Podemos-RN), limitando a permissão para que a fiscalização “não venha a restringir indevidamente o direito dos jovens ao esporte, ao lazer e à cultura”.

Eduardo Girão (Podemos-CE), relator, recomendou a aprovação, com uma emenda.

Colegiado promove audiência sobre tratamento do diabetes

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) vai debater a prevenção do diabetes e o acesso aos tratamentos da doença. A atividade é oriunda de requerimento de Jorge Kajuru (Cidadania-GO), principal defensor da causa no Senado.

O diabetes é causado pela produção insuficiente ou má absorção de insulina, hormônio que regula a glicose no sangue e garante energia para o organismo. A doença pode gerar complicações agudas e crônicas em pacientes sem tratamento, como hipoglicemia, insuficiência renal, cegueira, insuficiência vascular, perda de membros inferiores, infarto do miocárdio e acidente vascular cerebral.

De acordo com a Sociedade Brasileira de Diabetes (SBD), há mais de 13 milhões de pessoas vivendo com a doença no Brasil, o que representa 6,9% da população mundial com diabetes.

Para estabelecer a realização de campanhas de divulgação e conscientização sobre a importância e a necessidade de medir regularmente os níveis glicêmicos e de controlá-los, foi sancionada, no último dia 30 de outubro, lei que institui a Política Nacional de Prevenção do Diabetes e de Assistência Integral à Pessoa Diabética (Lei 13.895, de 2019).

Fazem parte das diretrizes da política a universalidade, a integralidade, a equidade, a descentralização e a participação da sociedade na definição e no controle das ações e dos serviços de saúde. Estão previstos também como pontos da política a promoção de ações coletivas de prevenção da doença e o investimento em desenvolvimento científico e tecnológico de métodos de tratamento e cuidados para o não desenvolvimento da doença.

Comissões discutem compra de terras por estrangeiros

O projeto que regula a aquisição de terras por estrangeiros pode ser analisado em reunião conjunta das Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Agricultura (CRA).

O Projeto de Lei 2.963/2019 pretende disciplinar a aquisição, todas as modalidades de posse, inclusive o arrendamento, e o cadastro de imóvel rural por pessoas físicas e jurídicas estrangeiras, compreendidas como aquelas constituídas e estabelecidas fora do território nacional, ressalvados os casos de sucessão legítima.

De Irajá (PSD-TO), o projeto regulamenta o artigo 190 da Constituição, que transfere para lei ordinária o detalhamento de como será feita a aquisição e o arrendamento de propriedade rural por pessoa física ou jurídica

estrangeira, bem como os casos que dependerão de autorização do Congresso.

O texto modifica o artigo 1º da Lei 4.131, de 1962 (que disciplina a aplicação do capital estrangeiro e as remessas de valores para o exterior), o artigo 1º da Lei 5.868, de 1972 (que institui o Sistema Nacional de Cadastro Rural) e o artigo 6º da Lei 9.393, de 1996, que trata do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) e do pagamento da dívida representada por títulos da dívida agrária.

O relator do projeto nas duas comissões é Rodrigo Pacheco (DEM-MG), favorável à aprovação do texto com 16 emendas de sua autoria. A proposição ainda será votada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), em caráter terminativo.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luís Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Érica Ceolin
Coordenadora-geral: Luciana Rodrigues
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burtle
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer e Thâmara Brasil

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Debate: falta pessoal em órgãos ambientais

Em audiência sobre projeto que muda legislação do setor, especialistas advertiram ainda que é preciso conciliar celeridade a empreendimentos sem abrir mão de fiscalização

A AUSÊNCIA DE recursos humanos e institucionais é um dos maiores problemas enfrentados pelos órgãos ambientais, disse ontem o representante do Instituto Socioambiental (ISA), Mauricio Guetta, em audiência conjunta das Comissões de Meio Ambiente (CMA) e de Constituição e Justiça (CCJ).

O debate foi realizado para instrução do PLS 168/2018, do senador Acir Gurgacz (PDT-RO), que modifica a legislação relacionada ao licenciamento ambiental, previsto no artigo 225 da Constituição. A proposição tramita atualmente na CCJ.

De acordo com o dispositivo constitucional, “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e, para assegurá-lo, incumbe ao poder público exigir, na forma da lei, estudo prévio de impacto ambiental para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente”.

Guetta disse ser preciso avançar em direção ao marco regulatório do licenciamento ambiental para prevenir danos e desastres ambientais, garantir celeridade aos empre-



Leonardo Papp, Mauricio Guetta, senador Sérgio Petecão, Altamiro Mendes e Ricardo Arantes na audiência

endimentos sem abrir mão da fiscalização, reduzir conflitos entre as obras e as populações afetadas e evitar a judicialização da questão ambiental. Ele explicou que 95% do desmatamento na Amazônia ocorre em um raio de 5,5 quilômetros das estradas. Caso os impactos indiretos sejam desprezados, o choque provocado pelas queimadas e grilagens deixará de ser considerado no licenciamento ambiental.

Eficiência

Representante da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Leonardo Papp frisou que a legislação ambiental deve conciliar a proteção ecológica, a justiça social e o desenvolvimento

econômico. Assim, a premissa do licenciamento ambiental deve ser a eficiência e a segurança jurídica, afirmou.

Para ele, o projeto não deve revisitar temas já pacificados na Lei Complementar 140, de 2011, que fixa normas para a cooperação entre União, estados, Distrito Federal e municípios nas ações decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição e à preservação das florestas, fauna e flora.

O representante da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), Ricardo Arantes, disse que as questões relacionadas ao licenciamento ambiental constituem o maior gargalo na aprovação dos

projetos de abastecimento de água e esgotamento sanitário do órgão, vinculado ao Ministério da Saúde.

— Há entraves no licenciamento ambiental, como a falta de padronização das licenças entre os entes federados.

Representante da Secretaria de Indústria, Comércio e Serviços de Goiás, Altamiro Mendes ressaltou que a regularização do licenciamento ambiental favorece o empreendedorismo.

— Em Goiás, há mais de 4 mil processos judiciais de licenciamento, gerando insegurança jurídica. Nós estamos hoje impedidos de investimentos de mais de R\$ 10 bilhões. É preciso simplificar o processo, sem perder a qualidade, e aumentar a responsabilidade do

empreendedorismo—afirmou.

Autor do projeto, Gurgacz disse que é preciso oferecer maior clareza e segurança jurídica a todos os segmentos.

— Nossa preocupação não é diminuir o cuidado com a preservação do meio ambiente, mas promover a desburocratização. A Constituição exige esse marco legal, que ainda não foi feito em nível nacional.

Pendências

O senador disse que pendências relacionadas ao licenciamento ambiental provocaram a paralisação de grandes empreendimentos país afora. Relator atual do projeto, Sérgio Petecão (PSD-AC) destacou a realização de audiências públicas no Acre, em Mato Grosso e em Brasília para debater a proposição. O senador também criticou a demora na aprovação do PL 3.729/2004, que também regulamenta o artigo 225 da Constituição, e que há 15 anos aguarda votação na Câmara.

— É preciso promover uma maior proteção do ambiente, trazer segurança jurídica e desburocratizar o setor produtivo, com o destravamento do país e a geração de emprego.

O mundo está cada vez mais digital. Nós também. Acompanhe o Senado quando quiser, onde estiver.

PUSH DE NOTÍCIAS

Avisos sobre as principais decisões da Casa em tempo real

NOTÍCIAS VIA WHATSAPP

Um resumo diário direto da fonte para você

PODCASTS DA RÁDIO SENADO

Podcasts para você ouvir quando quiser, onde estiver

TV SENADO PLAY

Encontre facilmente todo o conteúdo da TV Senado

APLICATIVO VISITE O CONGRESSO NACIONAL

Mais uma forma de você conhecer o Senado

Acesse senado.leg.br/noticias



Mais moderno. Mais eficiente.
Mais perto: ao alcance da mão.

Baixas patentes criticam reforma da carreira

Em audiência na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, representantes de militares de patentes mais baixas disseram que apenas a cúpula será beneficiada

UM PROJETO DE reestruturação da carreira para beneficiar a cúpula da carreira militar, negligenciando as demais categorias. Foi assim que representantes de associações de militares com patentes mais baixas definiram ontem o PL 1.645/2019 em audiência da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

As associações pedem mudanças na reestruturação da carreira e tiveram o apoio dos senadores Major Olímpio (PSL-SP) e Izalci Lucas (PSDB-DF). Izalci, que é vice-líder do governo, disse que falará com o presidente Jair Bolsonaro e o ministro da Economia, Paulo Guedes, para atender os pedidos das baixas patentes (sargentos, cabos e soldados, principalmente).

— Fui deputado junto com o presidente Bolsonaro e o discurso dele na época era bem diferente. Que haja um compromisso do governo de atender os pleitos justos, nem que seja por medida provisória. Este projeto de reestruturação tem pontos claramente injustos — disse Izalci.

Pela Associação Brasileira dos Militares Especialistas da Aeronáutica (Abramear), Cibele Lima disse que o projeto



Fabrizio Dias Júnior, Eduardo Leite, Arolde de Oliveira, Nelsinho Trad, coronel Elias Miler da Silva e Adão Farias

de reestruturação tem uma filosofia “intrinsecamente elitista”.

— Os generais vão ter 62% de aumento, enquanto a base, que é 82% da tropa, vai ter 4%. Se esse projeto passar, vão chover ações judiciais — reclamou Cibele, apoiada por aplausos de militares que lotaram a CRE.

Desigualdade

Já de acordo com a representante da União Nacional de Esposas de Militares das Forças Armadas (Unemfa), Ivone Luzardo o projeto é marcado por desigualdades extremas.

— Os generais terão ganhos de 59,49%, enquanto os terceiros-sargentos terão 4,1%. O reajuste bruto dos generais será

de R\$ 12 mil e eles merecem. Mas os terceiros-sargentos terão R\$ 229 — lamentou.

O representante da Federação Nacional dos Militares Graduados Inativos das Forças Armadas (Fengifa), Adão Farias, pediu que o Senado e o governo abram mão de parte da economia proporcionada pela proposta de reestruturação e atendam pleitos de setores insatisfeitos. Ele apresentou sugestões de emendas a Izalci.

— Os aumentos enormes se dão nos adicionais referentes aos cursos de altos estudos I e II, que eram privativos para oficiais-generais e superiores. Só agora abriram para os sargentos. Nossa proposta não tira nada de ninguém, só tenta

melhorar a condição de quem se sente prejudicado nesses adicionais. Hoje um terceiro-sargento vai pra reserva com R\$ 3.800 e vira motorista de Uber — disse Farias.

Da Associação dos Militares Inativos de Guaratinguetá e Adjacências (Amiga) e vereador do município paulista, Fabrício Dias também considera o PL 1.645/2019 injusto.

— Os cursos de altos estudos não foram implementados aos militares graduados e aos militares que foram para a reserva desde 2001. Os graduados não fizeram esses cursos porque não era possível, não porque não quiseram fazer. E agora ficam sem essas gratificações — descreveu Dias.

O deputado Subtenente Gonzaga (PDT-MG) defendeu que “o governo precisa dar mais atenção aos pleitos dos graduados”. Outro que reclamou foi Vanderlei Gonçalves, da União Nacional de Familiares das Forças Armadas e Auxiliares (Unifax), para quem os militares dos quadros especiais “não são atendidos em absolutamente nada nessa reestruturação”.

Governadores

O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, falou em nome dos governadores, que pedem mudança no projeto, possibilitando aos estados definir livremente as alíquotas de contribuição de policiais militares e bombeiros aos respectivos sistemas de seguridade estaduais. A proposta do governo só abre essa possibilidade aos estados a partir de 2025, determinação que os governadores entendem ser ilegal. O projeto abarca os policiais e bombeiros militares dos estados.

O debate foi comandado pelo presidente da CRE, Nelsinho Trad (PSD-MS), e acompanhada pelo senador Arolde de Oliveira (PSD-RJ), relator do PL 1.645/2019.

Para governo, plano de reestruturação das Forças Armadas deve gerar economia

O ministro da Defesa, general Fernando Azevedo e Silva, afirmou que a reestruturação da carreira militar proposta junto com a reforma da Previdência busca reparar perdas salariais que ocorrem desde 2001. Azevedo e Silva apresentou dados em audiência no dia 21 na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), mostrando que um aspirante a coronel, por exemplo, começa na carreira com soldo de R\$ 9.160 e termina recebendo R\$ 17.750.

Também presente ao debate, o secretário de Previdência do Ministério da Economia, Rogério Marinho, disse que o PL 1.645/2019 economizará recursos tanto para a União quanto para os estados.

A proposta cria adicionais de habilitação e por disponibilidade militar a partir de janeiro de 2020, além de alterar a ajuda de custo, com reflexos diferentes nos soldos, de acordo com as patentes.

O projeto também altera a aposentadoria (reforma) dos militares, aumentando as alíquotas de contribuição e elevando, de 30 para 35 anos, o tempo de contribuição mínimo. Assim, os gastos com os aumentos nos salários serão compensados, segundo o



Proposta economizará recursos tanto para a União quanto para os estados, prevê secretário da Previdência

governo, pela economia na parte previdenciária. De acordo com o governo, a proposta economizará R\$ 53 bilhões do Tesouro na próxima década.

Oficiais

No Brasil o topo da carreira nas três Forças Armadas é o círculo dos oficiais-generais, a quem são atribuídas as tarefas estratégicas e de planejamento. São os generais, no Exército, os marechais do ar, na Aeronáutica, e os almirantes, na Marinha. Esse círculo receberá os maiores percentuais do adicional por disponibilidade. No Exército o adicional será de 41% para os generais, 38% para os ge-

nerais de divisão e 35% para os generais de brigada. Essa distribuição se repete para as cúpulas das demais Forças.

Já no primeiro nível abaixo, o grupo dos oficiais-superiores, as patentes mais altas são os coronéis (no Exército e na Aeronáutica) e os capitães de mar e guerra (na Marinha). Para eles, o adicional será de 32%.

Por sua vez, os tenentes-coronéis e os capitães de fragata terão 26% de aumento do adicional, seguidos por maiores e capitães de corveta (20%), capitães e capitães-tenentes (12%) e os primeiro-tenentes (6%). Todos os demais oficiais serão contemplados com 5%.

Já na carreira dos praças —

abaixo dos círculos de oficiais —, que executam as tarefas comuns da carreira militar, os grupos distinguem-se principalmente pelo grau de instrução de cada militar. Os oficiais devem ter curso superior e os praças, os níveis fundamental e médio ou técnico.

Praças

No círculo dos praças o topo da carreira é ocupado pelos subtenentes (no Exército) e por suboficiais (na Marinha e na Aeronáutica), que receberão adicional por disponibilidade de 32%. Já os segundos-sargentos dos quadros especiais terão 26% e os primeiros-sargentos, 20%. O

adicional também será maior para os terceiros-sargentos de quadros especiais (16%), se comparado ao dos segundos-sargentos (12%). Terceiros-sargentos e cabos terão 6% e os demais postos, 5%.

A proposta também altera o adicional de habilitação, com o objetivo de valorizar o mérito, que será pago de acordo com a formação do militar, tanto na academia militar quanto para cursos de aperfeiçoamento, especialização ou mesmo de formação.

Orçamento

Major Olímpio (PSL-SP), que participa das negociações desde que a proposta estava na Câmara, defende que o Senado aprove o texto ainda este ano.

— Existem impactos que precisam estar previstos no Orçamento para 2020. Então, temos a obrigação de aprovar a reestruturação até o fim deste ano. O projeto equilibra um pouco a carreira militar com outras categorias, mas é bom deixar claro que o equilíbrio ainda não se faz. É bom lembrar que nas carreiras da magistratura e os auditores, só para ficar em dois exemplos, a velocidade com que se chega ao salário maior é muito mais rápida — afirmou o senador.